



Água, problema que afeta a todos

O que podemos fazer de fato para economizar água? A questão é urgente e preocupante. Esperar que desastres anunciados aconteçam para só então começar a agir não é atitude sensata, ainda mais quando tratamos de questões ambientais. A hora é agora e precisamos pensar coletivamente.

A questão é essencialmente pública. Pensando exatamente no consumo e na disponibilidade da água, realizamos Audiência Pública a respeito em 24 de setembro, na Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos, reunindo mais de uma centena de técnicos, profissionais, empresários, gestores, síndicos, ambientalistas e munícipes interessados. Os resultados do debate, na minha visão, foram extraordinários.

A partir de um projeto de lei de minha autoria (Projeto Nossa Água), que foi anexado a outras propostas de vários vereadores, resultando em substitutivo único, discutimos dois pontos cruciais: individualização da medição do consumo e substituição do vaso sanitário com sistema de válvulas de pressão (hidras) por caixas acoplada de três a seis litros em todos os condomínios, seguindo as técnicas modernas de retrofit. O prazo para tanto seria de até cinco anos.

Como o objetivo é economizar água, os edifícios tidos como consumidores econômicos (enquadrados na taxa mínima de consumo da Sabesp, pela média dos apartamentos) estariam desobrigados. Eventuais modificações que coloquem em risco os usuários (como obras estruturais), também implicariam em dispensa, até que houvesse possibilidade financeira para a adaptação hidráulica.

Só para lembrar: pela lei federal nº 13.312/2016, a partir de 2021 todas as novas construções serão obrigadas a instalar sistemas individualizados.

Importante é observar que, em alguns anos, o potencial econômico pode chegar a 400 mil metros cúbicos por mês. A disponibilidade de água no mundo é cada vez menor e as previsões apontam que em 2050 cerca de 8,9 bilhões de pessoas serão obrigadas a conviver com escassez. Grandes cidades já enfrentam situações de calamidade. No Brasil, o sistema de abastecimento de água potável registra 37% de perda e desperdício. Os grandes consumidores de água em Santos, a cidade mais verticalizada proporcionalmente do País, são os edifícios: de cada cem domicílios, 63 são prédios, com mais de 91 mil apartamentos no total. Boa parte deles desperdiça água, mas a conta

é rateada por fração ideal, sem levar em consideração o que realmente cada um consumiu.

A individualização dos hidrômetros pode atingir economia de cerca de 40%. Quanto ao sistema retrofit, é possível reduzir o consumo em 30%, que pode facilmente chegar a 47%. Aqueles que apontam a questão econômica como impeditiva para as mudanças tiveram uma surpresa: foi demonstrado que, dentro do enfoque custo/benefício, é perfeitamente viável para qualquer condomínio. Aliás, cerca de cem edifícios em Santos, dos quase oito mil existentes, sendo um deles construído na década de 1940, já trocaram os seus sistemas antigos. O reflexo econômico prático é capaz de amortizar o custo da própria implantação dos novos sistemas que é técnica e perfeitamente factível na maioria dos casos.

Existem exceções e elas devem ser respeitadas. Da mesma forma, precisam ser discutidas e acordadas questões como o valor de eventuais multas, os prazos adequados, as prioridades, etc. Em resumo: é preciso começar a agir e acabar de vez com o desperdício. É óbvio que estamos totalmente abertos a sugestões e a conversar sobre o nosso projeto, pois toda contribuição é válida.



Fim da linha

O vereador santista Pastor Roberto de Jesus (PSDB) apresentou recentemente o projeto de lei 299/2019, que prevê a criação de medidas de colaboração na prevenção e repressão ao trote eletrônico nos serviços públicos de emergência.

Educar para civilidade

A ideia do parlamentar é que a Administração promova palestras, campanhas educativas e outros eventos de divulgação para alertar a sociedade sobre os malefícios dessa prática aos cidadãos.

Justa Homenagem

Todos os caminhos levam para a Câmara Municipal de Santos, onde hoje, às 19 horas, Dr. Oswaldo Sammarco recebe justa homenagem com a medalha Braz Cubas, em propositura do nobre vereador Adilson dos Santos Júnior.

Após, Oswaldo e sua mulher Léia recebem os convidados e familiares para um agradável coquetel. Para quem não sabe, Dr. Sammarco completa 50 anos de serviços prestados à área de Direito Marítimo.

EM SANTOS. Dados foram obtidos em requerimento feito pelo vereador Sadao Nakai sobre o Plano Municipal de Redução de Riscos

Deslizamentos aumentam 500%

» Os deslizamentos de terra aumentaram de 18 para 122 em um ano em Santos, o que representa um crescimento de 522,22%. Os dados foram registrados durante a operação do Plano Preventivo da Defesa Civil (PPDC), e apontados em resposta ao requerimento do vereador Sadao Nakai sobre o assunto. O edil tem cobrado a Prefeitura a respeito da atualização do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR).

O número de escorregamentos também é o maior desde 2013. Foram 19 deslizamentos no período de dezembro a abril de 2012/2013; 12 em 2013/2014; 58 em 2014/2015; 20 em 2015/2016; 49 em 2016/2017; 18 em 2017/2018; e 112 em 2018/2019.

"A explicação que recebi é que o aumento expressivo no número de deslizamentos tem relação direta com a intensidade das chuvas", esclarece Nakai. De acordo com a Defesa Civil, com exceção de janeiro e junho, todos os meses registraram acumulados de chuva superiores às médias históricas

mensais de 25 anos. "Mas se a chuva é a justificativa, estou tentando entender o que a gente precisa fazer para evitar que esse tipo de problema se repita", completa o parlamentar. Para isso, ele cobra a atualização do PMRR.

O Plano foi elaborado em 2005 pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e atualizado em 2012 pela mesma instituição. Ele inclui o mapeamento das áreas de risco a deslizamentos e mobilizações de blocos rochosos em encosta; a concepção de intervenções estruturais para os setores de risco alto e muito alto; a reavaliação da proposta de ações não estruturais; e o fornecimento de subsídios para a elaboração de um Centro de Gerenciamento de Risco Municipal.

A Defesa Civil realiza anualmente a atualização do mapeamento das áreas de risco do Município, criando novos setores de risco ou reclassificando setores antigos de acordo com ocorrências registradas e com as intervenções realizadas pela Prefeitura. Segundo o órgão,



O número de deslizamentos de terra saltou de 18 para 122 em um ano no município de Santos

uma proposta de atualização completa do PMRR foi elaborada em 2018, mas aguarda os recursos financeiros

necessários.

Agora, Sadao vai colocar o tema em discussão na sessão da Câmara, buscando maneir-

ras de reforçar o orçamento da Defesa Civil para ver se é possível atualizar o Plano, já que não há orçamento

previsto.

MORADIAS IRREGULARES.

De acordo com o último levantamento do número de moradias em área de risco do PMRR, realizado entre 2016 e 2017, 3.096 moradias estão em setores de risco alto e 1.104 em risco muito alto. Ainda segundo o documento, 10.832 domicílios estão em áreas de risco de escorregamento de terra e deslocamento de rochas, sendo possível estimar cerca de 54.160 moradores, visto que a Prefeitura estima, em média, cinco ocupantes por moradia.

A Defesa Civil estabelece 23 áreas com risco em Santos, inseridas nas macrozonas Morros e Zona Noroeste.

"O ideal seria a erradicação das moradias irregulares, mas quando não temos como fazer isso, as intervenções de obras de segurança de contenção são importantes. O IPT tem especialistas que podem desenvolver projetos muito importantes para a Defesa Civil se orientar na hora de realizar essas intervenções, evitando tragédias", finaliza. (Caroline Souza)

Direito ao DPVAT. O vereador santista Antônio Carlos Banha Joaquim (MDB) requereu ao prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) informação se há estudos para se afixar placa, cartaz ou plaqueta em tamanho apropriado, com boa visibilidade, nos locais de atendimento de saúde pública no tocante a Informações sobre a Indenização do Seguro do DPVAT às vítimas de acidente por veículos automotor. "A população tem o direito de ser comunicada e conhecer seus direitos", ressaltou o vereador.

Cursos de Primeiros Socorros. A obrigatoriedade da realização de Cursos de Primeiros Socorros a todos os funcionários públicos de creches, pré-escolas, e unidades de ensino do 1º e 2º graus, em nosso município, foi solicitada também por Banha. Segundo o parlamentar, a medida é importante "já que se houver algum problema de saúde ou acidente com algum aluno, os profissionais, devidamente treinados, saberão como atender e conduzir o primeiro atendimento de urgência, antes de encaminhá-lo ao hospital, se necessário".

Carteira de Vacina. Banha requereu ainda a obrigatoriedade de pais ou responsáveis a apresentar no ato da matrícula a carteira de saúde da criança, contendo o registro de todas as vacinas obrigatórias à sua idade.